

# *A* doença do *neo*LIBERALISMO

*O falso dilema entre saúde e economia  
na pandemia do novo coronavírus*





# *A* doença do *neo***LIBERALISMO**

*O falso dilema entre saúde e economia  
na pandemia do novo coronavírus*

ORGANIZADORES

Marcelo Pereira Fernandes  
Antonio José Alves Junior  
Alexandre Jerônimo de Freitas  
Rubia Cristina Wegner



Editora Livraria da Física  
São Paulo

2021

Copyright © 2021 Editora Livraria da Física

**Editor:** JOSÉ ROBERTO MARINHO

**Editoreção Eletrônica:** EDI CARLOS PEREIRA DE SOUSA

**Capa:** EDI CARLOS PEREIRA DE SOUSA

*Texto em conformidade com as novas regras ortográficas do Acordo da Língua Portuguesa.*

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A doença do neoliberalismo: o falso dilema entre saúde e economia na pandemia do novo coronavírus / organização Marcelo Pereira Fernandes... [et al.] – 1. ed. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021.

Outros autores: Antonio José Alves Junior, Alexandre Jerônimo de Freitas, Rubia Cristina Wegner.

ISBN 978-65-5563-095-4

1. Capitalismo 2. Crise econômica 3. COVID-19 - Pandemia 4. Economia 5. Isolamento social 6. Saúde pública - Aspectos sociais I. Alves Junior, Antonio José. II. Freitas, Alexandre Jerônimo de. III. Wegner, Rubia Cristina.

21-64027

CDD-330

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Economia 330

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

ISBN: 978-65-5563-095-4

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora. Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107 da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Impresso no Brasil • *Printed in Brazil*



EDITORIAL

Editora Livraria da Física

Tel./Fax: +55 11 3459-4327 / 3936-3413

[www.livrariadafisica.com.br](http://www.livrariadafisica.com.br)

## **Conselho Editorial**

Amílcar Pinto Martins – Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell – Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva – Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes – UNED, Madri

Iran Abreu Mendes – Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford – Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo – Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa – Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras – Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia – Universidade de Lisboa

Teresa Vergani – Universidade Aberta de Portugal







# PREFÁCIO

## Um antídoto contra o neoliberalismo?

**N**ÃO FOI sem certa timidez, e surpresa, que recebi o convite de dois grandes amigos. Antônio José Alves Jr. e Marcelo Fernandes são grandes economistas, grandes figuras humanas e humanistas acima de qualquer suspeita. Agradeço muito a chance de prefaciar um livro que trata de um tema caro a qualquer pessoa ocupada com os destinos da humanidade. O neoliberalismo, uma conhecida e reconhecida ideologia reacionária, transformou-se em uma doença. São alguns seus princípios ativos: elites irresponsáveis, intelectuais de aluguel, ex-comunistas, jovens viciados em drogas pesadas operando em mercados de capitais mundo afora e uma mídia corporativa capaz de criar e controlar toda uma subjetividade em torno de algumas palavras de ordem de fácil apreensão, a começar pela já gasta “liberdade”. Poucos percebem que a própria liberdade de empreender não tem sentido fora de esquemas muito bem descritos por economistas como Joseph Schumpeter e os mecanismos de destruição criativa, o papel do crédito. Minsky falaria em um “Big Government & Big Bank”. A história do capitalismo não é a história da liberdade de fazer negócios sem a mediação do Estado. É o oposto: o capitalismo é o monopólio que se transforma em bloco de capitais ultraprotégidos por um Leviatã todo poderoso sob forma de instituições estatais.

Mas existe o neoliberalismo de exportação e o neoliberalismo de importação. O neoliberalismo de exportação é a versão *bodierna* das leis das vantagens comparativas. Todo um corpo conceitual baseado nas famosas equações capital x produto entregam uma máxima comungada por milhares de membros do santuário da economia vulgar: a poupança é *ex ante* ao investimento. Países pobres não dispõem de “poupança prévia”, logo devem criar condições institucionais que por osmose servirá de ímã a capitais ávidos por novos campos de acumulação. O desenvolvimento aí é uma peça de boa vontade de todos os lados em questão. A formalização matemática, a apreensão da física mecânica – ciência da moda no final do século XIX – nos entrega um modelo em que se tudo for combinado com todos ao mesmo tempo criar-se-á um equilíbrio socializado entre todos os agentes. Poupança, instituições, mercado e equilíbrio de preços formariam uma combinação perfeita e “civilizatória”. Interessante. Albert Hirschman na década de 1950 já aconselhava o governo da Colômbia a não levar muito à sério o que economistas estrangeiros diziam sobre o que é certo ou errado em matéria de desenvolvimento. Esse conselho foi ótimo até a crise mexicana em 1982. Foi abandonado à força por países enfraquecidos diante de uma contrarrevolução

que atingiu em cheio o mundo. A contrarrevolução monetarista foi título de um ótimo livro escrito por René Villarreal em 1984<sup>1</sup>, portanto antes do final da União Soviética. A doença se torna uma pandemia no início da década de 1990 quando a contrarrevolução saiu do campo das ciências econômicas e se alastrou a todos os campos do conhecimento<sup>2</sup> e da própria vida social.

A substituição lenta do Welfare State por um capitalismo baseado nas finanças e no keynesianismo militarizado nos EUA redundou em um grande empobrecimento espiritual, em especial no ocidente. Analogia pode ser feita com a Grécia Antiga e o objeto de estudo que acabou condenando Sócrates à morte. Ocupado com a decadência moral do homem grego não precisou ir longe para perceber que a verdadeira decadência estava acometendo a democracia grega. Uma democracia, que segundo Sócrates, nunca havia existido. É evidente que vivemos era semelhante onde a decadência da humanidade tem relação direta com as relações de produção que se tornaram obsoletas em meio ao progresso técnico verificado nas últimas décadas e devidamente acopladas à dinâmica financeirizada de acumulação<sup>3</sup>. Nos Estados Unidos, quatro décadas de políticas voltadas ao lado da oferta da economia estagnaram a renda do trabalho e criou uma sociedade prestes a chegar aos 40 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. A proletarização, a decadência da classe média e a deterioração da política (cada vez mais voltada aos interesses dos *rentiers*) criou a contraparte subjetiva da doença do neoliberalismo na negação da política, elevação da intolerância e na mentira como método de política e governos.

Não são poucos os artigos neste livro que de forma direta ou indireta tratam dos impactos da pandemia do Covid-19. Recomendo a leitura de cada um deles com a atenção necessária. Continuo a discussão da doença do neoliberalismo sob o ângulo da decadência moral e do fascismo como suas contrapartes. Não são poucas as vezes em que sou perguntado sobre qual o mundo pós-pandemia. Alguns autores, autoras e até amigos se apressam a falar em “volta do Estado”, das “políticas industriais” etc. Acho cedo demais para isso, pois ao que tudo indica fazem falta estadistas no Ocidente que ao menos pudesse ter alguns *insights* dignos de Cromwell. Não vejo no mundo capitalista ninguém capaz de cortar a cabeça da grande finança como Cromwell o fez com quem impedia o avanço político e institucional inglês. Joe Biden fez compromissos interessantes com setores progressistas da sociedade norte-americana adotando algumas linhas do programa de governo de Sanders. Duvido que tenha

<sup>1</sup>Villarreal, R. *A Contra-revolução monetarista*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

<sup>2</sup>Na verdade, um neopositivismo tomou de assalto as ciências humanas e sociais. Verificou-se desde então uma brusca mudança na teoria do conhecimento com a substituição da *totalidade objetiva* pelo relativismo pós-moderno na base da citada teoria.

<sup>3</sup>Ler Guttman, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos* (Cebrap). Nº 82, 2008.

força acumulada suficiente para um giro de ao menos 30 graus. Veremos, pois alguma nova ordem internacional deveria ser criada espelhando uma mudança de rumos na economia dos EUA. Trump decidiu romper com as instituições criadas por seu país no pós-2ª Guerra justamente pelo fato dessas instituições terem permitido o surgimento de uma China. Bom lembrar que enquanto 19 em cada 20 *papers* sobre o futuro da economia chinesa escritos na década de 1990 davam como líquido e certo que o país resistiria mantendo instituições nada amigáveis. John Kenneth Galbraith foi uma das únicas exceções à regra dizendo, não me lembro onde (me desculpem), que a China e o socialismo de mercado foram os grandes vencedores da Guerra Fria. Será que Biden terá condições de refrear o ímpeto da finança e revalidar as instituições que garantiram a ascensão chinesa? A ver.

O neoliberalismo relacionado às políticas do lado da oferta ao reduzir margem de manobra à planificação e elevaram os níveis de pauperização de sociedades inteiras elevaram à décima potência o câncer do fetiche da mercadoria, da competição e do salve-se quem puder. Emergiram sociedades cada vez mais amorfas, juventudes apáticas e populações amplamente ressentidas com o próprio sistema. Não seria demasiado afirmar que as sociedades – em que o fetiche da mercadoria e a perspectiva do individualismo metodológico (*homo economicus*) se tornaram, com muita força, a principal perspectiva societal – foram amplamente derrotadas pelo Covid-19. A pandemia deixou às claras a pior face da doença neoliberal. Mortes em massa, revolta de amplos setores das sociedades contra o isolamento social, a histeria antichinesa e anticomunista são amostra nada grátis do fundo de poço em que vivemos. Fundo de poço este cuja culpa no cartório de economistas do sistema deverá ser um dia muito bem cobrada. Por detrás da técnica sofisticada e dos discursos em prol dos técnicos em detrimento da política e dos políticos estava um projeto de sociedade baseada no darwinismo social. Hegel nos alertara que devemos nomear tudo. Não estaria exagerando se afirmar que o monetarismo e o neoliberalismo são métricas de um projeto de sociedade vencedor na Alemanha pós- República de Weimar.

Sou contra alimentarmos esse sentimento de desespero e falta de perspectivas. Tenho evitado ao máximo ler autores europeus, principalmente os marxistas, que se puseram a palpitar sobre o futuro. Demasiadamente tristes, clima de fim de festa da década de 1980. Trocaram a história e a dialética pelo niilismo. Autores da moda como David Harvey, Slavoj Žižek, Alain Badiou e outros não fogem à regra do desanimo de um lado e a venda de ilusões de outro. Esqueçamos o ocidente.

No outro lado do mundo na República Popular da China um partido comunista comandou a seleção de quase 500 mil voluntários para enfrentar uma “guerra popular” contra a pandemia. Venceram. Colocaram a vida na frente da economia. Um ótimo

retrato de outros conselhos dados por Hirschman (“Saída, voz e lealdade”) em 1973<sup>4</sup> pode ser percebida pela governança chinesa. O antídoto contra o neoliberalismo pode ser percebido no processo histórico de construção das bases institucionais, econômicas, sociais e financeiras que condicionaram a China ao enfrentamento desta ameaça civilizacional. Uma sociedade governada pela planificação e pela ciência é o contra exemplo do horizonte societal do fetiche da mercadoria e do *homo economicus*. Na China surge em homenagem a Ignacio Rangel o que convencionei chamar de “Nova Economia do Projeto”. Sua compreensão passa pela apreensão de um processo histórico em formas históricas diversas foram surgindo mediadas por ondas de inovações institucionais que foram elevando a capacidade de intervenção estatal ao ponto de novas plataformas tecnológicas (5G, Big Data, Inteligência Artificial) ao serem incorporadas à economia real fez emergir novas e superiores formas de planificação econômica.

Assistimos na China de hoje a transição de uma economia planificada orientada à construção de um largo setor produtivo orientado ao mercado a um sistema voltado e planificado no sentido da construção de grandes bens públicos. A “Nova Economia do Projeto” é a face mais avançada de uma nova formação econômico-social, o socialismo de mercado. Sua característica mais visível está nas possibilidades abertas a uma economia onde a lei do valor tem restrita capacidade de livre ação, logo o Estado e a sociedade podem se voltar a grandes projetos. O projeto também guarda sentido quando saímos da análise do projeto enquanto operação contábil e observamos como algo que expressa a transformação da razão em instrumento de governo; um *Science-Based Government*. Não seria a *razão* a forma histórica pela qual o socialismo se manifesta em nossos dias? Acredito que sim. Esqueçam o ocidente. A anatomia do macaco somente é compreensível a partir da análise da anatomia humana. O antídoto contra o neoliberalismo está sendo gestado no Oriente.

*Elias Marco Khalil Jabbour*

Professor dos Programas de Pós-Graduação  
em Ciências Econômicas (PPGCE) e em  
Relações Internacionais (PPGRI) da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2020.

---

<sup>4</sup>Sobre isto ler: LoD.; Shi, Y. China versus the US in the Pandemic Crisis: The State-People Nexus Confronting Systemic Challenges. *SOAS Department of Economics*. Working Paper No. 237, London: SOAS University of London, 2020.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO <i>Elias Marco Khalil Jabbour</i>	9
INTRODUÇÃO <i>Os organizadores</i>	15
A CIÊNCIA E A PANDEMIA: POR QUE DEVEMOS APOSTAR NA PRIMEIRA? <i>Claudio Maia Porto</i>	27
APRESENTAÇÃO DA CRISE EM TERMOS DE SAÚDE PÚBLICA <i>Jaqueline Rocha Borges dos Santos</i>	35
ESTADO NA CRISE DE COVID-19 <i>Marcio Pochmann</i>	45
NA PAREDE DA MEMÓRIA ESSA LEMBRANÇA <i>Paulo Moreira Franco</i>	59
NAS RUÍNAS DO BRASIL <i>Antonio José Alves Junior   Cláudia Henschel de Lima</i>	77
TEORIA MONETÁRIA MODERNA: OS FUNDAMENTOS PARA A RECONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA DEVASTADA PELA PANDEMIA <i>Fabiano Dalto   Daniel Conceição   David Deccache</i>	105
A PANDEMIA, A POLÍTICA FISCAL E O RETORNO DA PLANIFICAÇÃO <i>Matias Vernengo</i>	133
REVISÃO CRÍTICA DA PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DE RESERVAS INTERNACIONAIS PARA OBJETIVOS DE POLÍTICA FISCAL NOS QUADROS DA PANDEMIA DA COVID- 19 <i>Kaio Pimentel   Miguel Carvalho   Franklin Serrano</i>	141
IMPACTOS REGIONAIS DA PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS ADOTADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA A SUSTENTAÇÃO DO CRÉDITO <i>Teófilo de Paula</i>	179
AS LIÇÕES DA CRISE DE 2008 PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE DO COVID-19: OS CASOS DE EUA E BRASIL <i>Carlos Pinkusfeld Bastos   Lucas Teixeira   Guilberme Mello</i>	199

O QUE HÁ DE NOVO NA GEOPOLÍTICA GLOBAL: OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA ORDEM LIBERAL INTERNACIONAL <i>Andrés Ferrari Haines   Matheus Ibelli Bianco</i>	<b>235</b>
AVANÇO DA CHINA ANTE A CRISE ECONÔMICO-SANITÁRIA <i>Marcelo Pereira Fernandes   Rubia Cristina Wegner</i>	<b>255</b>
IMPACTO, RESPUESTAS Y PROYECTIVAS DEL NUEVO CORONAVIRUS: EL CASO ECUATORIANO <i>Katalina Barreiro Santana   Milton Reyes Herrera   Lorena Tenorio Rosero</i>	<b>275</b>
MANIFESTO <i>Antonio José Alves Junior   Alexandre Jerônimo de Freitas   Marcelo Pereira Fer- nandes   Rubia Cristina Wegner   Miguel Henriques de Carvalho   Lamounier Erthal Villela   Débora Mesquita Pimentel</i>	<b>309</b>
SOBRE OS AUTORES	<b>323</b>

## Introdução

“**A** DOENÇA DO NEOLIBERALISMO” é o título do livro que ora se apresenta ao público, organizado por professores do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DeCE/UFRRJ) em parceria com a Associação dos Docentes da UFRRJ – ADURRJ. Este livro é um desdobramento dos esforços efetuados por diversos professores que, desde a primeira hora do início da Pandemia perceberam que os impactos sobre o país seriam profundos e deixariam sequelas. Logo que os cientistas apontaram para a gravidade da situação e concluíram que a COVID-19 se transformaria em uma condição de vida por muitos meses; que as projeções de contaminados e mortos indicavam uma tragédia; e que o isolamento social e as medidas de cuidados pessoais eram a única coisa a fazer diante da grande ignorância reinante sobre a doença, os professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFRRJ se posicionaram publicamente diante da necessidade da implementação urgente de políticas econômicas de alcance e complexidade maiores do que aquelas que o Brasil experimentara anos antes com diversas crises financeiras.

A crise econômica-sanitária, como a denominamos no “Manifesto para um programa de emergência para a superação da crise econômico-sanitária de 2020”, é diferente das crises enfrentadas recentemente em face da combinação de restrições imediatas de oferta, por causa da inevitabilidade do isolamento social, e uma crise de demanda agregada, decorrente da esperada redução dos investimentos na economia brasileira, que, diga-se logo, já se encontravam estagnados antes da pandemia e da redução do consumo, com o rápido aumento do desemprego e elevado sentimento de insegurança dos trabalhadores. A articulação dessas restrições de oferta e demanda agregadas impunha um desafio às políticas econômicas convencionais de aquecimento da demanda para recuperar a atividade econômica sem, contudo, desconhecer as limitações para sua expansão, a saber, a manutenção do isolamento social.

Para lidar com a evidente queda esperada de demanda, seriam necessárias várias políticas de expansão, tais como as de auxílio aos desempregados, mas também as de mitigação dos efeitos do descasamento de fluxos financeiros das empresas, além do necessário apoio às finanças de estados e municípios, que seriam afetadas pela redução da arrecadação própria precisamente quando mais se exigiria de seus sistemas de saúde. Era fundamental impedir uma queda da atividade ainda maior do que a imposta pelo isolamento social, além de assegurar as condições de sobrevivência dos desempregados e o funcionamento dos serviços públicos. No entanto, o aumento dos gastos públicos e o afrouxamento da política monetária e creditícia, ainda que

necessários para evitar um colapso econômico/financeiro, não conseguiriam reestabelecer o nível de atividade, uma vez que o rebaixamento das restrições de oferta, por causa do isolamento social, seria inamovível, ao menos no curto prazo, se dependesse apenas das forças de mercado.

Em face dessa difícil realidade econômica que acompanharia o agravamento da crise sanitária, o “Manifesto” clamava por uma política econômica mais adequada àquelas circunstâncias e lidar, também com a restrição de oferta. Em nossa avaliação, não apenas seria necessário, como também seria possível, por meio do planejamento econômico, remover progressivamente as restrições de oferta sem que isso prejudicasse o necessário isolamento social. No cardápio de medidas que aventamos, além do estímulo à exploração das possibilidades do trabalho à distância, apontamos para a necessidade urgente do desenvolvimento de protocolos de segurança para assegurar o transporte dos trabalhadores bem como condições de trabalho. O planejamento deveria almejar um nível tal que se colocasse à altura do desafio que a crise econômico-sanitária impunha, permitindo a retomada progressiva da produção para o maior número de atividades possível.

A expectativa alimentada pelo “Manifesto” tinha no horizonte, por meio da combinação de medidas de planejamento com estímulos a demanda e alívio financeiro, uma reorganização da atividade econômica em que o combate à pandemia, em vez de um obstáculo, se convertesse em uma oportunidade de geração de empregos e retomada econômica. Sabíamos que as limitações políticas para que o país seguisse na direção apontada eram muito evidentes, contudo e, por essa razão, lançamos o manifesto. Era a nossa contribuição inicial para mobilizar a sociedade em torno dos desafios postos. Alertamos para as dificuldades que adviriam da impregnação da sociedade brasileira pela racionalidade neoliberal e para os obstáculos que os interesses hegemônicos imporiam para um programa robusto de recuperação da economia e a preservação da saúde pública. Mesmo enfrentando a oposição do próprio governo, se tornava evidente que a participação do Estado seria fundamental, que, necessariamente, seria chamado a desempenhar funções muitíssimo relevantes não apenas para o bem estar social, mas, também, para a manutenção do sistema de mercado.

De fato, o Presidente Bolsonaro e seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, assim como o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o Presidente do Senado, David Alcolumbre, estiveram, no início da Pandemia, comprometidos com a aprovação das reformas administrativa e emergencial, da independência do Banco Central, da liberalização cambial/financeira e da abertura de contas, para residentes, em moeda estrangeira em bancos brasileiros, além das privatizações. Essa agenda jamais foi abandonada, como se viu, em toda a pandemia, mas colocada em *stand by*, diante da necessidade de ações para enfrentar a catastrófica emergência humanitária.

As medidas anticíclicas adotadas inicialmente foram de uma timidez quase comovente. O governo Bolsonaro só agiu com mais intensidade depois de muita pressão social em face de algo muito maior do que uma gripezinha. Aliás, deve-se registrar que muitos economistas do campo conservador, que usualmente colocam a questão do equilíbrio fiscal na origem e no fundamento de qualquer análise que fazem, engrossaram o caldo daqueles que perceberam o tamanho da emergência. Contribuíram, também, para que o governo se mexesse, os homens práticos do mundo político. A evidência de que a economia e a sociedade brasileiras caminhariam para o caos se políticas financeiras e fiscais emergenciais não fossem adotadas, poderia levar a uma profunda perda de popularidade que poderia ser fatal para um governo que apresentava resultados decepcionantes e vivia envolvido em, digamos, polêmicas. Por fim, se o exemplo internacional do ativismo para combater os efeitos da crise econômico-sanitária, de um lado, estabelecia, por comparação, um índice de inação para o governo, de outro, a constatação de que as políticas compensatórias em grande escala estavam em curso em todo lugar funcionou como uma espécie de licença para agir, algo que o governo brasileiro parece precisar para funcionar.

Se as medidas anticíclicas foram aprovadas, beneficiando enormemente o sistema financeiro, a falta de imaginação, a atitude negacionista do Presidente e a aversão ao planejamento foram responsáveis por muitas dificuldades. Como a realidade demonstrou, até mesmo a atuação organizada do ministério da saúde, que teve três ministros ao longo da Pandemia, foi prejudicada pela falta de orientação científica e de capacidade política de coordenação do SUS pelo governo federal. O atraso na aquisição de vacinas e insumos e a aposta no tratamento precoce da COVID-19 com uma farmácia não autorizada pelo conhecimento científico são marcas que transformaram o Brasil no exemplo do que não poderia ter sido feito. Se as coisas foram assim numa área específica, em que o país tem um arcabouço institucional construído em décadas, o que se poderia dizer da elaboração e implementação, em condição de emergência, de um programa econômico mais amplo e detalhado para reorganizar a estrutura da oferta e adaptá-la a condições tão adversas?

O “Manifesto” da UFRRJ não foi um filho único das preocupações sociais com a COVID. Vários outros manifestos, estudos e análises, oriundos de diversas iniciativas de instituições acadêmicas, partidos políticos, movimentos sociais e grupos de intelectuais nasceram das mesmas preocupações. Na medida em que a pandemia avançava, que algumas de suas características se tornavam mais claras, que novas políticas eram lançadas e que a disputa política em torno da pandemia se manifestava, os professores do Departamento de Economia da UFRRJ sentiram a necessidade de dar um passo a mais e contribuir com as reflexões sobre o momento grave em que a sociedade brasileira e o mundo se encontravam e ainda se encontram. Daí surgiu a ideia da elaboração de um livro que reunisse uma elaboração mais sofisticada de

intelectuais da UFRRJ e de outras instituições sobre a economia diante das restrições impostas pela pandemia e pela política econômica.

## **Por quê “A doença do neoliberalismo?”**

O livro se junta a várias obras importantes, já lançadas, para jogar um pouco de luz sobre o tema. A tentativa de nomear aquilo que não se sabia bem o que era, muito menos o que viria ser, mas que, por outro lado, que não poderia ser ignorado e, mais importante, precisava ser superado, estimulou o uso de expressões tais como “pós-pandemia”, “pós-covid” e “novo normal” para dar um título que organizasse e desse uma marca às ideias. Apesar dessas expressões serem adequadas, optou-se em dar a essa coletânea o título “A doença do neoliberalismo”. Uma razão fora mercadológica: precisávamos diferenciar o livro para atrair a atenção do leitor, causando a impressão de novidade, um fator que pode ajudar na sua divulgação. Esse é, de fato, um elemento menor. Um livro deve importar por sua qualidade, o que ficará evidente já na lista daqueles que contribuíram com ele. Nesse sentido, já se faz aqui um agradecimento aos economistas, cientistas políticos, geógrafos e outros intelectuais que contribuíram com suas formulações originais e valiosas para esclarecer problemas relevantes sobre as circunstâncias terríveis que testemunhamos, bem como apresentar hipóteses explicativas e apontar para as políticas de superação do quadro dramático em que vivemos.

O título “A doença do neoliberalismo”, contudo, chama a atenção para algo mais fundamental, tratando a pandemia da COVID-19 não só como um fenômeno biológico, mas como uma doença do sistema. Há um déficit enorme de lideranças, ao menos no Ocidente, a altura dos desafios contemporâneos, o que a pandemia deixou às claras. Donald Trump, o presidente da maior potência científica e econômica até o fim de 2020, vem logo à mente como o principal exemplo do estilo de liderança ocidental nos últimos poucos anos. Ele não apenas se mostrou completamente incompetente para assumir um papel relevante na condução da crise, como pode e deve ser responsabilizado pela difusão da COVID-19 e pelo rastro de devastação que a acompanhou. Trump causou uma grande confusão política por suas temíveis inabilidades em lidar com as relações internacionais, exatamente quando a pandemia global demandava ações coordenadas entre os países. Os EUA, por sua posição de poder, deveriam assumir a responsabilidade e coordenar, ou ajudar a coordenar, as políticas para combater a pandemia e seus efeitos. Em vez disso, Trump, sob o pretexto de colocar os “EUA em primeiro lugar” e sem ter clareza do que deveria fazer para, ao menos, aliviar o sofrimento do povo americano, fugiu de suas responsabilidades, com-

petindo por insumos e equipamentos, utilizando seu poderio para obter privilégios, sendo até mesmo acusado de praticar pirataria moderna com dinheiro e força militar.

Trump acirrou os conflitos com a China ao longo de 2020, tentando extrair algum ganho para sua popularidade e, também, para sua política comercial. Tentou transformar a COVID no vírus chinês, como instrumento de disputa de narrativas na luta pela hegemonia. Foi capaz de blefar diversas vezes sobre suas intenções belicistas, declaradas em diversas ocasiões, como, por exemplo, no patético discurso na Assembleia Geral da ONU, em 2020, elevando a tensão das relações internacionais em um momento tão delicado. O uso da Assembleia da ONU para ameaçar a China com um conflito armado foi também coerente com seu desprezo pelo sistema multilateral, em que foi capaz de atacar a Organização Mundial da Saúde com diversas acusações e, por fim, abandonou a instituição tal como fez no acordo do clima e no acordo do desarmamento.

Sua ação internacional, completamente caótica e contrária aos interesses ligados ao combate à pandemia, teve, como contrapartida, a incapacidade de mobilizar o povo americano e organizá-lo para lidar com o alastramento da COVID-19. Sempre que agiu, o fez reativamente, de forma inconsistente e errática, procurando, de um lado, manter compromissos com o funcionamento da economia a qualquer custo, e, de outro, em fazer vibrar os grupos racistas, terraplanistas e negacionistas que o seguiam. Aqui é importante dizer que não se limitou a negar a COVID ou promover o flagrante desrespeito das recomendações de isolamento social, debochando das máscaras e receitando terapias sem amparo médico. Trump apostou na degradação das instituições que modelam a democracia americana, até o ponto absurdo de promover uma invasão ao Capitólio como último golpe contra a posse de Biden.

No Brasil, enquanto o número de mortes subia, seguidamente deixando para trás as previsões do Presidente da República, renovadas em frases e frases patéticas, o Trump dos Trópicos também negou a gravidade da doença, continuou receitando pessoalmente a hidroxicloroquina e o tratamento precoce – a sua panaceia –, enquanto desqualificava a vacina e a própria noção de saúde coletiva, contrapondo o direito individual ao interesse público. Afrontando, de forma debochada e agressiva, as medidas sugeridas por seus vários ministros da Saúde. Bolsonaro procurou transferir sua responsabilidade para o Supremo Tribunal Federal, para o Congresso, para governadores e prefeitos, e para as esquerdas.

Tal como Trump, cuidou de seus seguidores proferindo constantemente afirmações de consistência duvidosa, calibradas para provocar grande excitação. Prometeu-lhes o tratamento de saúde dado aos rebanhos, mantendo-os em estado de ignorância profunda e em prontidão para defender sua liberdade, já equiparada à hemorroida, em uma batalha contra o comunismo e os pedófilos.

A lista de líderes de países importantes que agiram de forma semelhante, mesmo que não de forma tão bizarra como a dos Trumps, não é desprezível. A aparição de

lideranças políticas dessa estirpe tem sido objeto de estudo, considerando o perigo que representam para os direitos individuais e coletivos, para as instituições democráticas e para as relações internacionais. A própria democracia e os sistemas representativos estão sendo colocados em questão e ameaçados. As crises por que passam ao revelar limites e paradoxos dos sistemas representativos, e a ineficiência dos filtros que esses sistemas deveriam ter, tem provocado sérias dúvidas sobre sua subsistência e sobre o que está por vir.

Uma parte da literatura especializada tem agrupado esses líderes sob o signo do “populismo”, opondo-os aos governos neoliberais pró-globalização. Enquanto tais lideranças e movimentos políticos tem sido considerados por uma distorção ou desvio aleatório da norma, há os que se opõe a essa visão estatística para afirmar que a aparição desses “populistas” seria resultado do próprio neoliberalismo.

A tese se apoia no argumento de que o avanço de medidas neoliberais tem sido relacionado com o aumento da concentração de renda, com a redução do acesso aos serviços públicos, com os problemas de habitação, com o encarceramento em massa, com o aumento da violência e com a sensação de que a política convencional é feita por elites, irresponsáveis e distantes do povo. A insatisfação popular, acumulada por anos, e que tem, como um de seus sintomas mais evidentes, a crescente abstenção eleitoral, foi a matéria prima que permitiu a ascensão de políticos, digamos, mais sensíveis às demandas populares. Tais políticos, munidos do uso das redes sociais e das técnicas de disseminação de fake news, se mostraram capazes de mobilizar uma massa de pessoas através da gestão dos seus afetos, colocando-os contra os governos e sistemas democráticos. A manipulação de ameaças às tradições e ao território, e a agitação permanente das massas em torno do combate aos inimigos é a força que permitiu a essas lideranças chegar ao poder por meio do voto.

Esse é o sentido da COVID como a doença do neoliberalismo. O estrago causado no tecido democrático pelas reformas legais e patrimoniais, extremamente antipopulares, deu margem para a emergência das lideranças negacionistas, tradicionalistas e anticientíficas. Completamente incompetentes para unificar forças, nacionais e internacionais, para traçar planos e estabelecer uma estratégia coerente de combate à pandemia da COVID, viram-se ameaçados pelas dificuldades econômicas ligadas ao distanciamento social e preferiram seguir agitando as massas, negando a relevância da doença, anunciando tratamentos simples e rápidos sem fundamentos científicos em oposição ao distanciamento social e ao uso de máscaras em nome da liberdade individual.

Cabe, contudo, sublinhar que esses governos não têm, eles mesmos, uma agenda propriamente oposta ao neoliberalismo. Pelo contrário, defensores da moral tradicional, normalmente alinhados a Deus, tem entre seus lemas as frases exaustivamente empregadas por Reagan e Bush: é preciso tirar o Estado das costas do cidadão. E,